

NOSSOS CLÁSSICOS

O ENSINO DE GEOGRAFIA SOB A ÓTICA IMPERIAL E OS USOS QUE PODEM E DEVEM SER FEITOS DA INSTRUÇÃO VISUAL ¹

HALFORD JOHN MACKINDER ²

Atrevo-me na esperança de que o assunto que me pediram para apresentar nesta tarde possa ter duplo interesse. Em primeiro lugar, gostaria de abordá-los como especialistas em educação, chamando a

¹ Artigo lido na Conferência Imperial de Educação organizada pelo Conselho de Educação. Publicado originalmente como *The teaching of geography from an imperial point of view, and the use which could and should be made of visual instruction* na revista *The geographical teacher*, vol. 6, n.2, summer, pp.79-86 (1911).

² *Reader* em Geografia na London University e Presidente do *Committee of the Geographical Association*. Tradução realizada pelo estudante de geografia Leroy Honorio Azevedo (bolsista PROIC/UFRRJ) e pelo professor Guilherme Ribeiro no âmbito das atividades do Laboratório Política, Epistemologia e História da Geografia (LAPEHGE/UFRRJ), dirigido por este último. Durante o artesanal e difícil processo de tradução, dialogamos sobre algumas passagens com os colegas Tiago Badre Marino (UFRRJ), Federico Ferretti (UNILA), Andrews José de Lucena (UFRRJ), João Carlos Garcia (Universidade do Porto) e João Sarmento (Universidade do Minho), além do estudante Tomás Cardoso (Engenharia-UFF), a quem agradecemos enormemente pela ajuda. Valiosa também foi a revisão técnica feita por Juliana Nunes Rodrigues (UFF). No entanto, eles não possuem nenhuma responsabilidade sobre o conteúdo ora apresentado. Solicitamos desde já aos leitores observações que possam aperfeiçoar a presente versão. Apoio: FAPERJ e PROIC/UFRRJ.

atenção de vocês para uma forma particular de ensino. Em seguida, como representantes imperiais, sugerir-lhes-ei que esta forma pode ter um valor peculiar em relação à manutenção e ao progresso do nosso Império.

A fase da história imperial na qual adentramos está associada mais à consolidação que à extensão do Império e, nesta obra de consolidação, penso que todos concordamos que a parte devida ao professor deve ser tão grande quanto a do estadista. Em nossos dias, em cada fração dos domínios do Rei prevalecem novas condições. Na pátria-mãe e nos domínios autônomos d'além-mar, temos que lidar com um conjunto de democracias que estão se tornando iguais em status, embora distintas em poder. Sob tais condições, uma certa unidade política, sem a qual o Império existiria apenas nominalmente, será obtida apenas por intermédio do livre consentimento dos diversos povos. Para que possa ser confiável, tal consentimento deve basear-se em um acordo aceitável em relação aos objetivos e compreensível em relação às dificuldades. Os principais inimigos dos acordos e dos entendimentos são a ignorância e o preconceito local. Estes são os males que cabem ao professor exorcizar.

Atualmente, não é apenas nos domínios autônomos que o Império também baseia-se no consentimento. Tendo em vista a pequena força militar que mantemos, não estamos autorizados a dizer que nossa posição na Índia deve-se agora mais ao serviço que prestamos que à conquista? Além disso, com o progresso da educação, não fica claro que quanto mais longa a permanência do Raj britânico mais forte se tornará o novo sentido da unidade da Índia? Por conseguinte, para a paz e o progresso deste país é necessário existir grandes classes entre o povo indiano que consigam livremente a tolerarem nossas regras, porque elas apreciam o que a Índia tem auferido da justiça britânica, o que tem obtido do Império no atual caminho da paz e quão difícil e gradual deve ser o desenvolvimento da preparação de sua soberania governamental. Assim, ocorre que aqui na Grã-Bretanha (em matéria de democracia) e na Índia (em termos de educação) temos progredido tanto que a segurança só se encontrará se se avançar mais para terrenos sólidos de uma alargada compreensão e liberdade de escolha. Nesse sentido, devo acrescentar que ao usar a palavra "Imperial" no título de meu discurso eu não tinha pensado em tratá-la como equivalente a "Imperialista". Meu desejo é indicar a oposição entre, de um lado, uma posição meramente científica e, de outro, um ponto de vista meramente estreito. Se a educação é para edificar o Império, ela deve

visar fornecer não apenas conhecimento, mas uma causa³, e esta causa deve surgir de uma ampla, e não restrita, perspectiva.

Se vocês me permitem, é necessário dedicar alguns momentos do meu argumento à importância de outra palavra do título. Não entendo por geografia um conhecimento relativo a nomes de lugares, nem sequer mesmo um saber essencialmente factual. Ao invés disto, refiro-me a um modo e a um hábito de pensamento especiais, um gênero especial de imaginação que não consigo descrever senão como “pensar geograficamente”. A mente possui olhos e ouvidos e, com métodos adequados, é possível ensinar a visão rumo à precisão e à prontidão do pensamento, tal como se faz com a consciência auditiva através de métodos literários usuais. É claramente verdade que muitas pessoas visualizam a literatura e *veem* a página impressa ao invés de *ouvir* a voz do narrador. Tal visualização é, ousado dizer, uma perversão da literatura e um desperdício do poder de imaginação. A música da linguagem foi feita para ser ouvida. Tal poder foi feito para coisas reais, ricas em forma e cor, e não para combinações e permutas das letras do alfabeto. Deixemos nossa aprendizagem literária apelar à consciência auditiva e nossa aprendizagem geográfica e histórica apelar à consciência visual. Como tinha dito Thring de Uppingham⁴, “o verdadeiro geógrafo pensa em formas”. Poderia eu acrescentar: “E o verdadeiro historiador pensa em movimentos”?

Perdoem-me se continuo mais um momento sobre este ponto, pois ele é essencial para os objetivos que tenho em vista. Em sua forma rudimentar, existe um pensar geográfico típico do caçador de raposas e do soldado no olhar lançado para a região (*country*). Porém, muitos camponeses e oficiais olham para o sólido pedaço de terra sob seus pés e para o cerco de seus horizontes sem terem a capacidade de vagarem à vontade, por meio da imaginação, sobre a vasta superfície do globo. Isto é verdade mesmo para muitos homens viajados, quanto mais para a maioria que não o é!

³ No original, *motive*, vocábulo que poderia ser traduzido aqui também como “motivo” ou “razão” (N.T.).

⁴ Refere-se ao educador britânico Edward Thring (1821-1887), diretor da Uppingham School (N.T.).

O verdadeiro geógrafo prefere um mapa mudo. Dada a riqueza de possibilidades, ele cisma com isto por horas. Ele vê o drama do mundo tal como lê seu jornal matinal. Gesticula inconscientemente enquanto pensa. Guardados seus limites, a linguagem sem palavras tem grande valor, pois enquanto em uma conversa comum podemos fazer apenas uma declaração de cada vez, milhares delas são feitas simultaneamente em um mapa. Quando considera um fato, o geógrafo treinado admite-o em uma conjuntura de fatos análogos. Em outras palavras, ele enxerga sob a perspectiva do espaço, assim como é característico ao historiador ver cada ocorrência sob o prisma do tempo.

Estas qualificadas habilidades de interpretação não estão próximas do que conhecemos como discernimento face aos assuntos banais do mundo? O senso de perspectiva histórica e geográfica contribuirá para formar o estadista — seja na política, na estratégia ou no comércio. Eu sugiro que o homem que adquiriu o hábito de pensar geograficamente aborda cada problema referente aos grandes negócios com mais certeza e desenvoltura. Sua mente avista para além do horizonte com a mesma precisão e vivacidade com que o olhar provincial enxerga no interior de seus limites. Ele encontra a mesma alegria no mapa de contornos *anônimos* que um músico inato e treinado diante da leitura silenciosa da partitura musical. O registro⁵ de sua mente é geográfico. Ele examina o mapa de sua mente a fim de recuperar um fato perdido, pois seu hábito associativo liga ideias a lugares. Para ensinar geografia e história corretamente, devemos capacitar o olhar artístico a apreciar as formas topográficas e capacitar novamente o olhar dramático das pessoas com o passado da humanidade. Em uma palavra, apelo para que geografia e história cultivem esse poder de observação que, em termos rudimentares, é natural à criança e aos incultos, mas que tende a murchar em vez de se expandir diante da página impressa e das faixas de paisagem vistas das janelas de um vagão de trem.

Agora, como essas ideias auxiliam o ensino das crianças? Todos lembrarão a surpresa quando, há alguns anos, constatamos as possibilidades do que se conhece como pincelada [*brushwork*] na educação artística das crianças. Acredito que existam possibilidades semelhantes para seu desenvolvimento mental geral no campo da geografia. Conforme

⁵ No original, *index*, palavra que no contexto em questão também pode ser traduzida como “conteúdo” ou, mesmo, “catálogo” (N.T.).

minha experiência, o apelo daquilo que posso descrever como uma filosofia mais concreta que abstrata está em cativar o interesse de meninos e meninas de doze anos de idade. Recentemente, tenho estimulado as possibilidades deste ensino em alguns pequenos livros para crianças, e talvez eu possa expressar minhas ideias melhor e mais rapidamente esboçando o esquema que tenho planejado para quatro anos de curso, adequado a crianças entre nove e treze anos de idade. Inicialmente, o aluno é incitado a ler, com domínio, o mapa mudo do relevo continental da Grã-Bretanha, construindo mapas mentais a partir dele e associando-o à história. As terras imediatamente além do Canal da Mancha são descritas de forma semelhante, com o essencial da história da Europa e do Mediterrâneo sendo revelado pelos atuais contrastes nacionais. Em seguida, a perspectiva é ampliada de modo a incluir o estágio mundial da vida moderna, e as diferenças climáticas são retratadas na ordem de suas descobertas. Por fim, habilidades elaboradas e fortalecidas nas etapas anteriores, o aluno é convidado a vislumbrar, em uma única tomada, nosso mundo por inteiro, com seus diferentes cenários e incessantes mudanças. Atualmente, quase todos os problemas são problemas de todo o mundo, e o poder de uma compreensão abrangente é algo de primeira importância para os cidadãos de um império. Através de um ensino geográfico apropriado, creio ser possível formar alunos, mesmo a partir da escola primária, com algo usualmente conhecido como cultura “humanista”. Ao treinarmos o poder de observação, creio que podemos transmitir (mais ou menos desde cedo) um senso de perspectiva mental, perspectiva esta que não responde a métodos menos concretos até que se atinja uma idade mais avançada — o que é tarde demais para a instrução da maioria. Tendo o hábito de distinguir o importante do irrelevante e com um mapa na mente sobre o qual possa incorporar novos fatos em seus devidos lugares, mesmo o jornal que custe cinco centavos pode contribuir para favorecer a educação na vida adulta.

A esta altura, gostaria de pedir que considerem dois pontos correlatos. Em primeiro lugar, vocês devem ter notado que eu não hesitei em incorporar a história à minha geografia. A ser concebida de modo correto, a ação histórica deve, obviamente, situar-se em um palco geográfico. Comentamos frequentemente a respeito de um tema comum a que denominamos História e Geografia. Acredito que devemos ensinar História e Geografia não apenas porque a “disposição do cenário” precisa,

necessariamente, preceder os sucessivos atos de uma trama, mas também porque, para a grande maioria das pessoas, o presente deve ser sempre mais importante que o passado e, portanto, deve ficar em primeiro plano. Com exceção, talvez, do caso do épico nacional, onde os bolos queimados de Alfred e as desobedientes ondas de Canute⁶ guardam o que eu descreveria como uma valorosa saga para a perpetuação da raça, creio que a história deve ser ensinada às crianças concomitantemente aos atuais aspectos da geografia política. Assim, ao invés de um interesse meramente romântico sobre o passado, devemos transmitir um sentido histórico às questões do presente. Além disso, há uma razão prática a favor deste percurso: nestes dias, quando questões internacionais tornaram-se mundiais, é preciso que os grandes contrastes humanos resultantes da história universal sejam conhecidos em seu conjunto e que — tomando apenas um único exemplo a título de ilustração — a distinção entre cristãos, muçulmanos, hinduístas e budistas seja operada essencialmente sob algum grau de perspectiva histórica. Entretanto, nos limites do Ensino Fundamental, não há tempo para outra matéria, especialmente para algo tão vasto quanto a história mundial. Mesmo a narrativa nacional da Inglaterra começa a perder sua simplicidade e sua força dramática nas fases posteriores, quando as histórias da Irlanda, Escócia, Canadá, Índia e França devem, em certa medida, ser incorporadas àquela. Falo por experiência no momento em que expresso minha convicção de que é possível transmitir o essencial não só da geografia, mas também da história universal, começando nosso ensino geográfico pela Pátria, aprendendo a ler o alfabeto geográfico para, a partir de então, prosseguir através dos espaços do mundo de tal ordem que a história episódica recaia mais ou menos em sua sequência cronológica. Assim, primeiramente eu descreveria a geografia do Egito e, depois, sucessivamente, digamos: Palestina, Grécia, Roma, Constantinopla, Meca, Itália, terras oceânicas da Europa, Índias Orientais, Índias Ocidentais. Uma longa odisseia mundial, por assim dizer. Em cada caso, primeiro seriam nitidamente visualizados o relevo terrestre e a dinâmica do ar e da água sobre o relevo para, então, indicar os vivos contrastes e os movimentos históricos ocorridos a partir daí. A própria narrativa nacional da Grã-Bretanha será mais clara e proveitosamente alcançada se edificada à luz de uma vívida imagem mental das Ilhas Britânicas. Mentalmente, vamos antes ver que ouvir acerca da fértil várzea

⁶ Lendas populares relativas à história da Inglaterra (N.T.).

próxima ao continente, conquistada sucessivamente por romanos, saxões e normandos e, em seguida, das regiões montanhosas da margem oceânica ainda povoadas por gaélicos e bretões. Mesmo no interior da planície da Inglaterra, vamos perceber o contraste entre cidade e campo, entre Londres e os Condados, pois a história inglesa até a época da Revolução Industrial foi, essencialmente, a história de uma única cidade e de um único campo.

Meu outro tópico correlato diz respeito à inutilidade — tal como eu penso — de prescrever, para um tema de ensino ou exame, a geografia do Império Britânico. “Quem conhece apenas a Inglaterra pouco sabe da Inglaterra”. De forma ainda mais verdadeira, pode-se dizer: quem conhece somente o Império pouco sabe do Império Britânico. A Inglaterra é cercada por poderes externos ambientais e humanos, mas o Império Britânico está, por assim dizer, costurado a outros poderes assim como a trama de um tecido. Em termos poéticos, as lançadeiras do tear imperial são conduzidas através dos neutros espaços do oceano. Essencial para a eficiência do Império Britânico em modernos tempos de paz, a rota postal de Calais a Brindisi foi traçada através dos túneis alpinos. A importância de um posto como Hong Kong reside inteiramente em sua relação com a vizinha China e com as rotas marítimas orientais. Comunidades comerciais britânicas e cônsules de Sua Majestade estão em todos os lugares. Para efeitos práticos do cidadão britânico, o Império é uma influência que invade todas as terras e todos os mares, e seus centros de irradiação estão nas regiões coloridas de vermelho no mapa⁷. É uma questão de perspectiva. De início, ensinamos as crianças a lerem o mapa e a pensar geograficamente para, então, direcionar e ampliar sua imaginação através de campos cada vez mais amplos até que, finalmente, elas possam discernir o mundo no contexto de uma reflexão, situando determinado detalhe em sua configuração mundial. A ideia do preço mundial do trigo pode, por exemplo, remeter à imagem do globo dispondo os grãos das colheitas de acordo com os lugares e as estações. É algo que existe na mente, disponível para consulta se necessário, fornecendo segurança e riqueza de pensamento. Porém, acima de tudo, deixemos que o nosso ensino parta de um ponto de vista britânico, de modo que, finalmente, vejamos o mundo

⁷ Na obra *Era dos Impérios 1875-1914* (1987), o historiador britânico Eric Hobsbawm explica que os atlas britânicos hachuravam de vermelho os espaços controlados oficial ou efetivamente pelo Império. (N.T.).

como um teatro para a atividade britânica. Isto é, sem dúvida, desviar-se dos frios e imparciais caminhos científicos. Todavia, quando ensinamos a milhões de pessoas, não estamos formando cientistas, mas práticos e esforçados cidadãos de um império que, conforme a lei universal da sobrevivência, tem de manter sua posição através da eficiência e do esforço. A virtude especial de pensar por meio da visualização é que ela estimula a agir mais que meramente conhecer.

A atitude imperial começa quando passamos a considerar o ponto de vista a partir do qual nossos jovens cidadãos logo reconhecem o mundo como o cenário das ações de suas vidas. Como professores do século XX responsáveis pela próxima geração, nossa tarefa é garantir que nossos alunos possam ver o mundo não apenas sob a ótica da Inglaterra, Escócia, Irlanda, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul ou Índia, mas que eles identifiquem a si próprios com o Império Britânico — que é muito mais complexo que suas partes e, portanto, demanda maior capacidade de visualização. Entretanto, a medida da importância e da urgência desta tarefa reside na grande dificuldade de imaginação. Em nossa era, a conquista do espaço pela velocidade atenuou o sentido relativo a coisas outrora familiares e facilmente apreendidas. Devemos reajustar nossos métodos de ensino à nova situação?

Por tais razões é que, no outono de 1902, um Comitê Departamental foi nomeado pela Secretaria de Estado para as Colônias [*Secretary of State for the Colonies*] para determinar o melhor sistema de ensino a ser desenvolvido no que concerne ao Império. Em poucas palavras, concluirei o que tenho a dizer descrevendo os trabalhos desta Comissão, embora de maneira nenhuma, tais trabalhos abarquem todo o campo de reflexão percorrido durante essa tarde.

O Comitê de Instrução Visual do Gabinete Colonial [*Visual Instruction Committee of the Colonial Office*] iniciou relatando que, em qualquer lugar do Império, as crianças nunca iriam entender o que eram as outras partes do mesmo senão por algum meio adequado de instrução visual. Além disso, o ensino deve estar, tanto quanto possível, no mesmo compasso em todas as partes do Império. Assim, o Comitê foi autorizado a tomar medidas concretas visando a realização de suas ideias. Decidiu-se começar por fazer um experimento em pequena escala e, para este propósito, foram convidadas as três Colônias Orientais — Ceilão, Straits

Settlements⁸ e Hong Kong — para financiar as despesas de um pequeno livro de slides sobre o Reino Unido para uso nas escolas destas colônias. Outras edições já foram impressas para atender às necessidades especiais de outras partes do Império e, atualmente, tal livro já está em uso também nas Ilhas Maurício, Serra Leoa, Costa do Ouro, Nigéria do Sul, Trinidad, Guiana Inglesa, Jamaica e nas províncias indianas de Madras, Bombaim, Bengala, Províncias Unidas, Punjab, Burma, Bengala Ocidental e Assam, Províncias Centrais, Província fronteiriça do Noroeste e Baluquístão britânico. Em suma, o sistema foi introduzido em toda a zona tropical do Império.

Tendo assim concluído uma parcela de sua tarefa, o Comitê voltou-se para um aspecto recente de seu trabalho: a preparação de slides sobre os Domínios Ultramarinos, Índia e Reino Unido. Porém, neste aspecto, dificuldades foram encontradas. Sem dúvida, existem muitas e excelentes fotografias e slides à venda no mercado ilustrando as principais terras do Império. Geralmente, elas são reunidas por visitantes (porém de forma assistemática e cujo objetivo principal é diferente do educacional) ou por moradores que, em virtude da familiaridade com os cenários, estão propensos a omitir imagens contrastantes — imagens que, para o estrangeiro, são mais evidentes. Da forma como estão disponíveis, essas consideráveis coleções normalmente têm sido feitas para propósitos especiais, tais como promover missões religiosas ou migratórias. Além disso, são frequentes as dificuldades com os direitos autorais. Por este motivo, a experiência dos membros do Comitê convenceu-lhes de que esta parte do trabalho deve e pode ser realizada por alguém capaz de fazê-lo. Assim, é aconselhável que as ilustrações sejam preparadas segundo um método uniforme por um artista especialmente comissionado e instruído para este propósito. Nesta etapa do trabalho, fomos abençoados pelo interesse de Sua Majestade a Rainha: seu poderoso e amável suporte, bem como o de Lady Dudley e o Comitê de Senhoras, foram suficientes para arrecadar uma considerável soma de dinheiro. Isto permitiu o começo de um trabalho que ainda levará algum tempo para ser finalizado. Artista do Comitê, o Sr. A. Hugh Fisher viajou pela Índia, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Ilhas Fiji, Singapura, Bornéu do Norte, Hong Kong, Wei-hai-

⁸ Mantida expressão original, referente a territórios britânicos localizados no Sudeste Asiático (N.T.).

wei, Somália, Chipre, Malta e Gibraltar coletando material para a criação de slides conforme as instruções do Comitê. Ilustradas por um conjunto de quatrocentos e oitenta slides, oito lições sobre a Índia foram editadas em dezembro passado. Elas podem ser obtidas ao custo de cinquenta (boa parte deles são coloridos) ou vinte e seis libras (em preto-e-branco, com exceção dos mapas).

De certa forma, os slides das lições indianas representam um avanço importante sobre aqueles do Reino Unido. Eles incluem uma quantidade maior de mapas orográficos associados às imagens, de modo que os princípios que esforcei-me em esboçar aqui estão mais perto de serem alcançados. Face a uma região tão vasta, por uma questão de rigor o texto das lições foi minuciosamente revisado por alguns de nossos principais especialistas sobre Índia. Porém, isto não ocorreu de forma a interferir demais na relação entre mapas e imagens a ponto do desafio da visualização ser perdido. No presente momento, estão sendo preparados três outros cursos semelhantes de lições ilustradas sobre Australásia, Canadá e o círculo de postos imperiais ao redor da Europa e da Ásia de Gibraltar a Wei-hai-wei. Pretendemos que eles sejam publicados no decorrer desse ano. A expectativa do Comitê é a de que as autoridades educacionais possam utilizar este modelo e, através de um sistema de empréstimos, suprir as escolas com o material ilustrativo. O Comitê Provincial Escocês e o Conselho do Exército (ligado às Escolas do Exército) já o adotaram.

Um último ponto talvez deva ser tratado. Existem hoje muitos métodos de reprodução de imagens e, dentre eles, é claro, o onipresente cinematógrafo. De qualquer forma, para fins de ensino escolar o cinematógrafo ainda é, salvo circunstâncias excepcionais, muito incômodo e muito dispendioso. Contudo, dificuldades práticas à parte, arrisco-me a defender a simplicidade dos projetores. Nosso objetivo no Comitê de Instrução Visual não é tornar desnecessário o pensamento, mas sim despertar o esforço da imaginação. Pessoalmente, onde puder ser evitado, não acredito em complexos sistemas de ensino. A criança ama a boneca surrada, que serve competentemente para manter a imaginação. Igualmente, em termos pedagógicos creio que o bom professor pode fazer o quadro negro e os projetores atuarem melhor que o cinematógrafo. Aliviando o espectador de todo o esforço, as atuais fotografias palacianas corrompem a imaginação. A imagem pintada pelo artista é mais

estimulante que a fotografia pela simples razão de que ela mais sugere que reproduz. É preciso lembrar que o Comitê de Instrução Visual visa incrementar as capacidades mentais em uma direção particular e, neste propósito, não devemos esforçar a mente sem necessidade. Quando a criança gesticula respondendo a uma pergunta, sabemos que a consciência visual está trabalhando. O olhar distante de um adulto não indica algo semelhante?

Posso resumir assim os quatro pontos que tentei desenvolver:

(1) exceção feita ao épico nacional, nosso ensino de história, essencial para os cidadãos de uma democracia moderna, deve estar articulado à geografia (para as crianças);

(2) alçada à condição de principal referência temática em nosso currículo escolar, a geografia deve ser ensinada por métodos que demandem imaginação;

(3) devemos educar os cidadãos das várias partes do Império Britânico com o objetivo de simpatizarem uns com os outros e, por meio do ensino visual de geografia, a compreenderem os problemas imperiais não apenas do ponto de vista da nação, mas também sob a ótica do Império; e

(4) entre muitos outros excelentes acessórios para tal ensino, começa a ser disponibilizada uma coleção de slides concebida sob a autoridade do Comitê de Instrução Visual do Gabinete Colonial.